

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CURSO DE PEDAGOGIA: CONSIDERANDO A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA UFSM E NA UFRGS

SPECIAL EDUCATION IN THE PEDAGOGY COURSE: CONSIDERING TEACHER TRAINING AT UFSM AND UFRGS

Maíra Janete Correa Borges¹
Sawana Araújo Lopes de Souza²

RESUMO: Este artigo analisa os Cursos de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com objetivo de verificar se os educadores estão sendo preparados para trabalhar com a Educação Inclusiva em escolas de ensino regular. O objetivo deste trabalho é conhecer os componentes curriculares das duas Universidades em questão a fim de avaliar se os pedagogos formados são preparados para enfrentar os desafios da inclusão nas escolas regulares conforme a legislação vigente. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa com a abordagem qualitativa e documental, analisando os Projetos Políticos Pedagógicos e as Matrizes Curriculares do referido curso nessas instituições para levantar os componentes curriculares relacionados ao tema e as horas aulas disponíveis para isso. Além disso, embasamos o estudo em autores como Bardin (2016), Gil (2007), Minayo (2006) e Santos (2001), além dos aspectos históricos e analíticos sobre o assunto visando responder as questões inquietantes sobre o acolhimento e o trabalho com alunos com deficiência nas escolas regulares nos dias de hoje. Nesse sentido, examinamos e contabilizamos a carga horária disponibilizada para este fim e apresentamos os resultados da referida análise e apresentamos as considerações alcançadas após essa empreitada.

6257

Palavras-chaves: Pedagogia. Formação. Professores. Educação Inclusiva.

ABSTRACT: This article seeks to understand the training of teachers in the Pedagogy Courses at UFSM (Federal University of Santa Maria) and UFRGS (Federal University of Rio Grande do Sul) in order to know whether educators are being prepared to work with Inclusive Education in regular schools. To this end, we carried out qualitative and documentary research, analyzing the Pedagogical Political Projects and the Curricular Matrices of the aforementioned course in these institutions to identify the curricular components related to the topic and the class hours available for this. We based the study on authors such as Bardin (2016), Gil (2007), Minayo (2006) and Santos (2001), in addition to historical and analytical aspects on the subject, aiming to answer the disturbing questions about welcoming and working with students with disabilities in regular schools today. The objective of this work is to analyze the curriculum of the two Universities in question in order to assess whether the trained pedagogues are prepared to face the challenges of inclusion in regular schools in accordance with current legislation. In this sense, we examined and accounted for the workload made available for this purpose and presented the results of that analysis and presented the considerations reached after this undertaking.

Keywords: Pedagogy. Training. Teachers. Inclusive Education.

¹ Mestranda em Ciências da Educação, Ivy Enber Christian University.

² Doutorado em Educação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

INTRODUÇÃO

A vida em sociedade foi permeada desde sempre pelos movimentos sociais que transformam as relações e levam a elaboração e instituição de leis e decretos que possibilitaram a realização de pesquisas, estudos e ações envolvendo temáticas importantes para todos, como a Educação Especial e a Inclusão. Partindo da premissa tanto internacional como nacional de que a educação é um direito garantido por lei, é natural que pais, educadores e gestores busquem maneiras de assegurar que alunos com deficiência tenham acesso e permaneçam nas escolas.

Contudo, considerando esse aspecto, eis que surgem outros itens que mobilizam a todos em torno da questão: Como estão sendo formados os professores para trabalhar em classes de ensino regular com alunos com deficiência? O que os cursos de Pedagogia da UFSM e da UFRGS oferecem quanto ao preparo dos futuros educadores para o trabalho inclusivo nas escolas?

Desse modo, buscamos conhecer os cursos de Pedagogia de duas proeminentes Universidades do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para tanto, valemo-nos da pesquisa documental para tomarmos conhecimento dos seus Projetos Políticos Pedagógicos e Matrizes Curriculares, no intuito de avaliar os componentes curriculares relacionados com a Educação Inclusiva, bem como as horas aulas oferecidas abrangendo essa temática e se são apenas teóricas ou incluem também a prática.

A preocupação exposta tem como embasamento o princípio de que a Universidade é o ambiente onde ocorrem os grandes debates e a produção do conhecimento, sendo, portanto, um ambiente singular para treinar e aprender a conviver com a heterogeneidade, com os ditos “diferentes”, mas que devem ser tratados de forma digna e integrados no mundo social e do trabalho. É na academia que devem ser preparados aqueles que vão desenvolver ações que levem o conhecimento a todos os alunos, independente de suas diferenças, sejam elas sociais, psicológicas ou econômicas.

Assim sendo, procuramos com esse estudo trazer para a discussão essa questão em torno da educação para todos como que se refere à Constituição Brasileira e os movimentos inclusivos debatidos a nível mundial. E destacar que o núcleo capaz de contribuir significativamente para isso encontra-se inserido nas Universidades e nelas os cursos de Licenciatura em Pedagogia, sendo este ainda um espaço de transformação social

e de conhecimento, além de ser um dos responsáveis por oportunizar a educação para todos como prevê a lei e os direitos como a forma para a efetivação da igualdade, do acesso e da permanência dos cidadãos no ensino básico e superior que visem à pondo fim a qualquer tipo de discriminação.

Destacamos também que este artigo é uma parte integrante de Dissertação de Mestrado sobre a temática em questão. Realizamos esta reflexão porque entendemos que a discussão sobre o assunto é importante para a análise de modo intrínseco e objetivo sobre o que está sendo abordado aqui, problematizando a questão da Educação Especial e a inclusão na formação dos professores, através da análise dos Cursos de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul quanto à oferta de componentes curriculares relacionados ao tema, bem como as suas cargas horárias teóricas e práticas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma problematizar adequadamente a respeito da Educação Especial e a inclusão na formação de professores, torna-se importante conhecer o Curso de Pedagogia da UFSM e da UFRGS. Assim sendo, passamos a analisar os aspectos históricos das referidas universidades e os componentes curriculares voltados à Educação Especial e inclusão em suas grades curriculares e ainda as cargas horárias disponíveis tanto teóricas quanto práticas.

6259

2.1 O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)

A UFSM oferece o Curso de Pedagogia Diurno, Noturno e também como Educação à Distância (EAD). De dia e à noite o Curso de Pedagogia é ministrado na Cidade Universitária de Camobi, fazendo parte da área de Ciências Humanas, ofertado em nove semestres com um total de carga horaria total de 3.230 horas. O curso e reconhecido pela Portaria n. 190/2012/MEC, publicada no DOU, de 03/10/2012 e Portaria n. 921/2018/MEC, publicada no DOU, de 28/12/2018. Já a modalidade EAD é classificada como área da Educação com 8 semestres para a sua conclusão, reconhecido pela Portaria n. 177/2013/MEC, publicada no DOU, de 19/04/2013 e Portaria n. 913/2018/MEC.

Levando em consideração o tema deste trabalho voltamos nossa atenção para as disciplinas relacionadas à Educação Especial e Inclusiva. Nesse contexto, observamos que o currículo oferece nessa área as disciplinas de Educação Especial e Processos de Inclusão, Políticas e Diversidade Cultural, Fundamentos da Educação Especial, Educação Especial e Processos de Inclusão e LIBRAS Licenciatura.

Quadro 1 - Comparativo das disciplinas do Curso de Pedagogia da UFSM

Disciplina	Total de horas	Prática	Teoria
Educação Especial e Processos de Inclusão	45	15 = 33%	30 = 67%
Fundamentos da Educação Especial	60	0	60 = 100%
Educação Especial e Processos de Educação Especial e Inclusiva	45	15 = 33%	30 = 67%
LIBRAS Licenciatura	60	0	60 = 100%

Fonte: Construção da autora (2023)

A UFSM propõe carga horária total de 3.230 horas na formação do Curso de Pedagogia. No entanto, oferece apenas 210 horas distribuída em quatro disciplinas relacionadas à Educação Especial e inclusão, sendo que dessas somente trinta horas são voltadas à prática. Diante dos números apontados no quadro acima, levando-se em conta a formação para trabalhar com a inclusão nas escolas de ensino regular trata-se de uma preparação formativa bastante frágil.

2. 2 O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DO SUL

O Curso de Pedagogia, a UFRGS dispõe de turmas diurnas, noturnas e modalidade EAD. O total de carga horária total para graduação é de 3.375 horas, sendo que quem optar pela EAD, concorrerá a 300 vagas distribuídas em três polos: Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal e Serafina Corrêa, sendo 100 vagas em cada um.

Com relação às disciplinas relacionadas com a inclusão, verifica-se ao analisar a grade curricular que o Curso de Pedagogia da UFRGS oferece LIBRAS I e II; Educação Especial e Inclusão; Diferença e Alteridade, Psicologia da Educação Especial e Educação, Ambiente, Culturas e Diferenças.

Quadro 2 - Comparativo das disciplinas do Curso de Pedagogia da UFRGS

Disciplina	Total de horas	Prática	Teoria
LIBRAS I	60	0	60 = 100%
LIBRAS II	60	0	60 = 100%
Educação, ambiente, culturas e diferenças	60	0	60 = 100%
Psicologia da Educação Especial	60	0	60 = 100%

Fonte: Construção da autora (2023)

A exemplo da UFSM, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul também oferta quatro componentes curriculares voltados à Educação Especial e inclusão, perfazendo 240 horas apenas teóricas do total de 3.375 horas da carga horária do seu Curso de Pedagogia. Dessa maneira, esta instituição oferece uma formação para o trabalho inclusivo na escola regular pouco razoável.

3 METODOLOGIA

Neste artigo utilizamos as abordagens qualitativa e documental com base em autores como Bardin, Santos, Gil e Minayo e documentos como Projetos Políticos Pedagógicos e Grades Curriculares dos Cursos de Pedagogia das Universidades em questão. Para analisar os dados levantados usamos como fundamentação a obra Análise de Conteúdo de Bardin (2011) ser uma forma de nos levar a apreciação crítica dos conteúdos que trata de maneira clara a pesquisa qualitativa. Além disso, a intenção do levantamento realizado aqui é esclarecer o tema de maneira crítica e para isso, Bardin oferece o fundamento necessário. Nesse sentido, afirma Bardin (2011, p. 15) que a “análise de conteúdo é um instrumento metodológico que está em contínuo aperfeiçoamento e podem ser aplicados aos temas mais diversos”.

Quanto à pesquisa qualitativa vemos que esta nos abre várias possibilidades de estudar os fatos que abrangem as subjetividades em relação ao ser humano e as suas complexas relações sociais dentro de determinada sociedade. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se fundamenta na linguagem, em tudo que é dito para alguém em algum lugar conforme esclarece Santo (2008). Por isso, segundo ele, a pesquisa qualitativa busca a aceitação dos pluralismos das formas de relatos, em um tempo de transição de conceitos na

ciência, o dominante e o emergente, onde o conhecimento passa a ser parte integrante da produção sociocultural e intervêm de modo cada vez maior nas sociedades.

De acordo com Minayo (2001, p. 21) a pesquisa qualitativa nos leva a conhecer o assunto e tudo o que relaciona com a temática em questão, bem como possibilita a sua análise e reflexão. Portanto, esse tipo de pesquisa volta a atenção para os fatos da sociedade que se ajustam à interpretação e explicação do processo das relações sociais.

Ao definirmos a temática desta pesquisa dentro das Universidades Federais do RS, especificamente se os Cursos de Pedagogia preparam os profissionais de educação para trabalhar com a inclusão, diante do exposto, acreditamos que a pesquisa qualitativa é o método mais adequado para que encontremos as respostas que buscamos. Sobre esse aspecto, Parga Nina (1985) afirma que as abordagens qualitativas se adequam melhor às investigações de grupos, de segmentos delimitados e focalizados, de histórias em função da ótica dos atores, de relações e para as análises de discursos e documentos. Desse modo, percebemos que a abordagem qualitativa nos leva a entender a complexidade e os detalhes das informações recolhidas a respeito de uma sociedade através das representações em que os sujeitos estão relacionados com o meio.

Também optamos pelo método documental porque, conforme Gil (2010), este é uma técnica qualitativa utilizada para coletar e selecionar informações por meio da leitura de registros, literatura, periódicos entre outros. Assim sendo, buscamos consultar fontes documentais das Universidades Federais selecionadas para a reunião de informações, isto é, da UFRGS e da UFSM, bem como outros materiais escritos como artigos, livros, jornais e Projetos Políticos Pedagógicos.

Diz ainda Gil (2010) que existem dois tipos de pesquisa documental, a exploratória e a informativa. Esta última mostra informações relevantes sobre um determinado assunto que vem de diferentes fontes. No caso, a pesquisa exploratória permite a comprovação ou não de alguma coisa e ainda aponta caminhos e alternativas para a avaliação do material levantado. Como buscamos aqui responder o questionamento sobre o tema de que as Universidades Federais do Rio Grande do Sul não preparam adequadamente os pedagogos para trabalhar com a Educação Inclusiva, afirmamos que esta é uma pesquisa exploratória.

3.1 CARACTERIZANDO A UFSM E UFRGS E OS CURSOS DE PEDAGOGIA

A Universidade Federal de Santa Maria foi estabelecida através Lei 3.834-C-14/12/1960, inicialmente com o nome de Universidade de Santa Maria. Este foi um projeto idealizado por José Mariano da Rocha Filho e sua instalação na cidade de Santa Maria/RS na data de 18 de março de 1961, sendo esta a primeira universidade federal instalada num contexto que não o de uma capital do país.

Os primeiros cursos da instituição foram a Faculdade de Farmácia, de Medicina, de Odontologia, além do Instituto Eletrotécnico do Centro Politécnico. A partir daí outros cursos foram trazidos e atualmente a UFSM oferece 131 cursos de graduação: 11 em Tecnologia, 37 em Licenciatura Plena e 83 Bacharelados. Ainda, possui 106 cursos de pós-graduação, sendo 34 doutorados, 59 mestrados, 12 de especialização e um de pós-doutorado.

Hoje a estrutura do Campus é composta por 12 unidades: Centro de Artes e Letras; Centro de Ciências Naturais e Exatas, Centro de Ciências Rurais; Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Educação, Centro de Educação Física e Desporto; Colégio Politécnico, Centro de Tecnologia; Colégio Técnico Indústria de Santa Maria; Espaço Multidisciplinar em Silveira Martins e Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo.

Observando toda a infraestrutura oferecida pela UFSM, compreendemos que se trata de uma universidade pública que oferece diversas opções para a comunidade acadêmica buscar e produzir conhecimentos. Desse modo, esta instituição de ensino construiu ao longo do tempo uma tradição em formar pessoas e profissionais para suprir as necessidades da sociedade brasileira. Assim sendo, é compreensível que alunos e pesquisadores não só do Brasil, mas de toda a América Latina procurem frequentá-la e conhecê-la a fim de adquirir conhecimentos e experiências.

Analisando o levantamento apresentado no quadro 2, percebemos que em relação a carga horária total de 3.375 horas disponível no Curso de Pedagogia da UFRGS, as horas relacionadas à inclusão é ínfima, perfazendo apenas 240 horas. Além disso, os componentes curriculares oferecidos são totalmente teóricos, sem qualquer item voltado para a prática. Assim sendo, verifica-se que a formação do profissional a fim de trabalhar com a educação inclusiva em sala de aula regular não recebe a atenção que o prepararia para atender as necessidades e exigências da real inclusão.

A fundação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, aconteceu no dia 28 de novembro de 1895, com a criação da Universidade de Porto Alegre (Decreto Estadual 5.758/1934) integrada pela Escola de Engenharia, os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; a Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com a Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes.

Somente em 1947, a instituição passou a se chamar Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), incorporando as Faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria que depois passaram a pertencer às Faculdades de Pelotas e Santa Maria respectivamente com a fundação das mesmas. Posteriormente, em 1950, a URGS foi federalizada e desde então se chama Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Atualmente, a UFRGS oferece 82 cursos de graduação nas mais diversas áreas. O ingresso se dá de três maneiras. Primeiramente, pelo concurso vestibular com 70% das vagas sendo preenchidas por esse meio e 30% para ingresso através do Sistema de Seleção Unificada – SISU.

No próximo tópico apresentamos os resultados e discussões com base no percurso metodológicos que foi adotado nessa investigação.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As pesquisas e leituras realizadas mostraram que ambas as universidades, UFSM e UFRGS, oferecem o Curso de Pedagogia Licenciatura Plena com cargas horárias respectivamente de 3.230 horas e 3.375 horas. Também as duas universidades disponibilizam componentes curriculares voltados para a educação inclusiva. São especificamente quatro componentes em cada listagem.

Considerando-se a legislação vigente e o disposto na Constituição Federal do Brasil de 1988 (artigos 205 e 206), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e no Decreto Federal 7.611/11 que regulamentam a educação inclusiva nas escolas regulares, os direitos assegurados aos alunos com deficiência e a necessidades destes de atenção e tratamento adequado para que realmente sejam incluídos, percebemos que tanto a carga horária quanto os conteúdos abordados pelos componentes curriculares a fim de

preparar o pedagogo para a inclusão, são insuficientes. Ainda verificamos que apenas a UFSM oferece algumas horas de prática, a qual não é descrita com se processará.

Assim sendo, o que se desprende ao avaliar os resultados é que nenhum dos cursos oferece formação que satisfaça as exigências legais, muito menos as necessidades reais das crianças com deficiência matriculadas nas escolas de ensino regular. Nesse sentido, os Cursos de Pedagogia da UFSM e da UFRGS deveriam passar por uma readequação de suas cargas horárias para que enfim pudessem preparar os futuros professores para o trabalho inclusivo nas escolas regulares, conforme prevê a legislação e as necessidades dos alunos que precisam de inclusão.

De posse das Propostas Pedagógicas Curriculares dos Cursos de Pedagogia das duas universidades em questão, UFSM e UFRGS, obtivemos o seguinte levantamento:

Quadro 2 -Comparativo do Curso de Pedagogia na UFSM e UFRGS

Universidade Federal de Santa Maria		Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
Carga horária total do curso: 3.230 horas		Carga horária total: 3.375 horas	
Componente curricular	Carga horária	Componente Curricular	Carga horária
Educação Especial e Processos de Educação Especial e Inclusiva	45 horas	LIBRAS I	60 horas
Fundamentos da Educação Especial	60 horas	LIBRAS II	60 horas
Educação Especial e Processos de Inclusão	45 horas	Psicologia da Educação Especial	60 horas
LIBRAS Licenciatura	60 horas	Educação, Ambiente, Culturas e Diferenças.	60 horas
Total de horas: 210 horas		Total de horas: 240 horas	
Percentual: 6,5% da carga total		Percentual: 6,3% da carga total	

Fonte: Construção da autora

De acordo com os dados do quadro acima, percebe-se que a carga horária relacionada ao preparo do educador para o trabalho com a Educação Inclusiva nas escolas regulares ainda é pequena, não totalizando sequer 10% da carga disponibilizada pelo curso

de Pedagogia. Outro fato, revelado por essa análise é que os temas são bastante amplos para serem discutidos em apenas um semestre, além se estarem dissociados um do outro na sua maioria, exceto no caso de LIBRAS que se apresentam como estudo I e II. Diante do exposto, o componente curricular se torna superficial e não estimula o aprofundamento do tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou trazer para o debate a Educação Inclusiva sob o aspecto da formação dos educadores para o trabalho com a educação inclusiva nas classes regulares pelos Cursos de Pedagogia das Universidades Federais mais representativas do Rio Grande do Sul, no caso a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) e da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Para isso, analisamos os Projetos Políticos Pedagógicos e as Grades Curriculares de Pedagogia destas instituições.

Levando em consideração o tema bastante abordado a nível internacional e nacional e as observações do cotidiano das escolas públicas regulares compreendemos que, na realidade, os futuros professores estão recebendo informações e conhecimentos teóricos sobre a educação inclusiva frágeis e nenhuma prática que lhes garanta uma atuação satisfatória nesse sentido.

Avaliados os documentos disponíveis, vimos que o PPP da UFSM disponibiliza carga horária total no Curso de Pedagogia de 3.230 horas aulas e apenas 210 horas destinadas aos componentes curriculares relacionados à Educação Inclusiva, ou seja, aproximadamente 7%, sendo que os conteúdos oferecidos são teóricos na sua quase totalidade.

Quanto ao PPP da UFRGS, este oferece carga horária total de 3.375 horas aulas distribuídas em diferentes componentes curriculares e deste total 240 são destinadas aos componentes curriculares relacionados à Educação Inclusiva, o que perfaz somente em torno de 6%. Esse levantamento mostra que também esta universidade disponibiliza o mínimo de conteúdos sobre a inclusão e na sua totalidade, teóricos.

Portanto, as interrogações apresentadas no início desta pesquisa estão respondidas: as universidades federais não estão preparando os educadores para trabalhar com alunos com deficiência nas classes regulares. Entende-se, então, que justamente quando se discute amplamente a inclusão em todas as áreas da sociedade e, dessa maneira, é necessária a

concretização do que prevê a lei da inclusão há enorme carência de profissionais nesta área, uma vez que a formação oferecida é mínima e frágil.

Nesse sentido, torna-se clara a necessidade da adequação dos PPPs das Universidades e da reformulação das Grades Curriculares dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia, inserindo mais componentes curriculares voltados para a Educação Inclusiva e também a exigência de práticas nessa área. Não podemos deixar de valorizar a teoria, porém, esta dissociada da prática não prepara para a vivência real. É importante associar teoria e prática para que os objetivos propostos sejam de fato atingidos.

Outro aspecto que queremos destacar é que o conhecimento não é algo parado no tempo, algo fechado, estanque. Muito pelo contrário! Aprendemos todo dia. Por isso, a atualização e a formação de educadores é um processo contínuo e ainda mais quando se trata de Educação Inclusiva, cuja produção científica ocorre a todo o momento.

Nesse contexto, cabe aos gestores e administradores proporcionar cursos de atualização, material, recursos tecnológicos e aparelhar as escolas e universidades para que os direitos à educação como estão contidos na Carta Magna do país se efetive de fato e não permaneça somente como um texto ou discurso bonito. É preciso garantir a educação para todos, independente das particularidades de cada um. As discussões devem sair do mundo das ideias e das teorias para se transformar num fato concreto.

Além disso, é fundamental que as Universidades se aproximem mais da rede escolar para conhecer a rotina das comunidades, a sua cultura e as suas necessidades. Dessa maneira, com trabalho conjunto, é possível aliar a teoria à prática e desse modo produzir mais conhecimentos e integração social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. MEC, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Livro 1/MEC/SEESP. Brasília, 1994

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. rev. e aprim. São. Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS FILHO, J. Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia Licenciatura. Santa Maria, RS: PROGRAD, 2019b.** Disponível em: <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/pedagogia/projeto-pedagogico>>. Acesso em 26 out 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia Licenciatura.** Disponível em:<<https://www.ufrgs.br/pedagogia/>>. Acesso em 26 out 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura Curricular.** Disponível em <<https://www.ufsm.br/cursos/graduacao/santa-maria/pedagogia/informacoes-do-curriculo>> Acesso em 23 out 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estrutura curricular.** Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/pedagogia/curso/estrutura-curricular/>> Acesso em 24 out 2023.